

# Democracia na educação

10 OUT 1995  
MARILÉA DA CRUZ

Quando secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro, durante a organização de um encontro para discutir Educação em Cuba e Educação no Brasil, perguntei à delegação cubana que, se a formação do professor é de acordo com o sistema político vigente, como pode Cuba avançar tão rapidamente na Educação? A resposta foi a de que não foram os professores que fizeram a revolução. Foi uma minoria de professores com uma maioria de leigos.

Comparo isso com os professores/diretores nossos, que apostam na autonomia, organizando as associações de apoio à escola, cuja participação se dá efetivamente. A partir daí, a importância da atuação da população nas discussões, decisões, fiscalização e controle do serviço educação. Apesar da crise, considero que a Educação vive um momento auspicioso na medida que a sociedade começa a se aperceber da sua responsabilidade com relação à educação de forma a garantir o desenvolvimento do nosso país.

Há um consenso, hoje de caráter nacional, de que são inadiáveis mudanças profundas na educação brasileira, cuja função social, nunca plenamente exercitada, veio se perdendo ainda mais com o passar do tempo. Algumas causas são evidentes e exaustivamente constatadas e denunciadas. Não houve, no entanto, avanço real na solução de questões como a não-universalização do ensino básico, a "expulsão branca", a reprovação em massa e o conseqüente abandono da vida escolar, o empobrecimento dos conteúdos curriculares, a formação de mão-de-obra não qualificada e, permeando todo este processo, a progressiva desvalorização social do magistério.

O Governo federal vem assumindo uma clara postura no sentido de ampliar esta discussão, na busca de soluções concretas que contemplem o binômio Valorização do Magistério-Qualidade da Educação. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), também integrado nesta luta, instituiu uma comissão, coordenada pela Secretaria de estado de Educação do Rio de Janeiro, com a res-

pensabilidade de formular princípios para uma proposta de gestão democrática da educação. Esta comissão já apresentou ao conjunto de secretários de educação algumas importantes reflexões iniciais.

Em primeiro lugar devemos considerar como metas básicas desta nova concepção de gestão a elevação e a posterior manutenção do padrão de qualidade da educação e a universalização do ensino, incluindo-se a valorização do magistério, em seu sentido mais amplo, como inerente à concretização destas metas.

Como educação de qualidade entenda-se o compromisso com a garantia de aprendizagem normal e completa a toda população, representando o direito de acesso ao conhecimento historicamente produzido e socialmente valorizado, de modo que este conhecimento seja utilizado como instrumento de libertação pessoal e de inserção esclarecida e consciente nas diversas formas de relações sociais e, em especial, na relação com o mundo

---

**“...a formação de cidadãos capazes de viver o seu tempo e de organizar o seu futuro”**

---

do trabalho, caracterizando-se assim a formação de cidadãos capazes de viver o seu tempo e de organizar o seu futuro.

A universalização do ensino deve ser percebida como a garantia do acesso ao conhecimento, na concepção acima colocada e através das mais diferentes alternativas de ensino, a todo o conjunto da população brasileira. Para que se alcance esses dois objetivos gerais, algumas questões e ações precisam ser priorizadas.

O Ministério da Educação deve atuar como grande formulador e gerenciador de políticas mais amplas, descentralizando as ações específicas para a responsabilidade dos estados que deverão, por sua vez, assumir a formulação da política de seus respectivos sistemas estaduais. Ao mesmo tempo cabe ao ministério garantir assistência técnica aos estados e estes aos seus

municípios, quando necessário e sempre com o objetivo de que estes possam construir a sua própria independência técnica e ampliar a sua capacidade gerencial. Nesta relação entre os diversos níveis de poder, devem estar garantidos o repasse e a aplicação eficiente das verbas destinadas à Educação e a clara definição de competências e responsabilidades.

Estas ações básicas apontam para a inadiável implantação de políticas sérias de descentralização e de municipalização do ensino de Primeiro Grau, agilizando procedimentos, racionalizando recursos e liberando os estados e o Governo federal para as suas destinações constitucionais. Investir na descentralização implica acreditar na competência, na capacidade e responsabilidade do poder local e da comunidade escolar, princípio que se torna realidade na medida que recursos federais e estaduais são repassados diretamente, concretizando-se, assim, a antiga aspiração de autonomia das escolas.

É fundamental, finalmente, que esta autonomia não se limite ao aspecto financeiro, devendo abranger também as questões administrativas e pedagógicas num processo de gestão democrática da escola, assim caracterizada pela participação efetiva do conjunto da comunidade escolar em todas as etapas deste processo.

Nesse sentido, a Secretaria de estado de Educação do Rio de Janeiro pretende, a partir de encontros regionais neste mês de outubro, envolver toda a população na discussão de suas propostas para que todos sejam corresponsáveis pela qualidade do trabalho desenvolvido, na medida que haja um efetivo envolvimento e participação coletiva no cotidiano das nossas escolas.

Somente assim teremos uma gestão plenamente comprometida com as necessidades dos alunos e, em conseqüência, com a qualidade do trabalho oferecido. Em outras palavras, uma escola só terá conquistado definitivamente a sua autonomia quando a população a que ela serve perceber-se a real destinatária e beneficiária deste serviço, identificando nele o atendimento às suas principais expectativas.

Mariléa da Cruz é secretária estadual de Educação.